

Um olhar para a Mulher da Amazônia Paraense sob Diferentes Ópticas

Na 27ª Edição deste periódico, apresentamos às/aos leitoras/es o primeiro volume de 2025. Nesta publicação, observamos a predominância da região paraense como cenário para as pesquisas sobre a representação da mulher nos diversos meios em que se insere (trabalho, cultura, mídia, tecnologia etc.). Organizamos esta edição em sete seções: **a) Cultura e Resistência na construção da equidade de gênero; b) Violência de gênero em diferentes dimensões; c) Trabalho feminino, Cuidados e Direitos; d) Políticas Públicas, Saúde, Direito e Legislação; e) Participação, História e Representação política de mulheres; e Seção f) Entrevista.**

Na **Seção A**, temos o artigo **“Representações Femininas nas Aparelhagens de Belém-PA: uma análise fenomenológica”**, desenvolvido por Joliane Kate Nascimento Pinto e Sônia Maria Moraes Chada, que aborda uma pesquisa fenomenológica feita com base em revisão bibliográfica, buscando avaliar, através de 7 artigos disponíveis *online* e que abordam especificamente a temática das festas de aparelhagem na região amazônica, como se dá a representação feminina nesse meio cultural através do olhar subjetivo desses pesquisadores – “considerando aspectos como discurso, performance e visualidade”. A pesquisa conclui que, embora se observe que a cultura das aparelhagens exerça grande influência na construção das representações femininas para o público periférico da nossa região, apresentando padrões que ora reforçam a objetificação feminina e ora ressignificam e abrem espaço para o protagonismo destas mulheres (produtoras, cantoras, *DJs*, dançarinas...), ainda são necessários maiores estudos acadêmicos voltados à temática em questão, com pesquisa de campo, observação direta e entrevistas, a fim de se ter maior compreensão e aprofundamento sobre a vivência das mulheres nesses espaços.

Na **Seção B**, o artigo **“Violência Doméstica no Jornalismo Paraense Durante a Pandemia de COVID-19”**, de Lorena Coelho de Oliveira e Regina Lúcia Alves de Lima (orientadora), investiga, por meio da análise de seis notícias publicadas de janeiro a dezembro de 2020, como se deu a cobertura de casos de violência doméstica no Portal *OLiberal* durante o primeiro ano da Pandemia de COVID-19, objetivando entender como essa problemática é abordada na região e identificando as estratégias jornalísticas utilizadas, além de definir um perfil das mulheres e homens envolvidos nos casos. A investigação conclui que o processo de produção dessas notícias é contaminado por visões e práticas machistas e antiéticas, com predominância da escolha de anunciar casos em que houve mortes – destacando aspectos cruéis da morte e pouco abordando dados relevantes sobre o perfil das vítimas e de seus agressores –, sobretudo de situações ocorridas fora do Estado paraense, percebendo-se uma invisibilidade na cobertura local, haja vista que, dentre as notícias analisadas, apenas 1 (uma) estava relacionada à nossa região.

Na **Seção C**, temos o artigo **“Serviço Social, Trabalho e Gênero na Política de Saúde: perfil de assistentes sociais de hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Pará”**. A pesquisa em questão, realizada pelas autoras Thaize de Sousa Medeiros e Vera Lúcia Batista Gomes, é resultado da tese de doutoramento da primeira, e busca “refletir sobre a relação entre Serviço Social, trabalho e gênero na política de saúde, abordando a tendência de feminização da profissão e do cuidado, atravessada pela questão de gênero e racial”, ao analisar o perfil de assistentes sociais de quatro hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Pará. O trabalho foi pautado pelo método dialético e pela “teoria social marxista, pesquisa de nível descritivo e explicativo, abordagem quantitativa-qualitativa, revisão de literatura e pesquisa empírica”. O artigo conclui com a observação de que tal profissão, na nossa região, ainda é predo-

minantemente feminina, com a maioria das profissionais sendo negras/pardas, majoritariamente casadas e solteiras, e na faixa etária acima dos 31 anos.

Na **Seção D**, o trabalho de Éliidi Preciliana Pavanelli: **“FeLin: feminismo e linguagem em um projeto de extensão”**, apresenta um relato de experiência no decorrer de um projeto de extensão, parte da pesquisa maior “Repensando práticas docentes de línguas: contribuições dos estudos feministas”, vinculada ao Grupo de Estudos em Linguagem, Letramentos, Tecnologias e Diferenças (GELLTED) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Tal projeto de extensão teve por finalidade promover uma formação-continuada *online* com professores da educação básica, “abordando estudos feministas, letramentos críticos e a BNCC de Linguagens”. O mesmo utilizou como metodologia a pesquisa-formação na cibercultura, valorizando o protagonismo dos sujeitos e o uso pedagógico das tecnologias digitais. Foram dez encontros realizados de maneira virtual com docentes (e mesmo profissionais de outras áreas, como psicologia e direito) em busca de discutir feminismo, identidade de gênero, racismo etc., e em como trabalhar essas temáticas – que muitas vezes são polemizadas e até mesmo censuradas por determinadas instituições – em sala de aula. A pesquisadora observou que há uma demanda significativa por formações que tratem dessas temáticas e de como elas podem ser trazidas para dentro da realidade escolar. Evidencia tanto o desejo de transformação quanto os desafios enfrentados por docentes pela falta de apoio institucional e pela propagação da desinformação, reconhecendo que “a formação docente para a abordagem de gênero e linguagem inclusiva é um processo contínuo, que exige abertura, escuta, atualização teórica e coragem ética.”

A seção segue com o texto **“A Justiça é uma Mulher Negra?: uma reflexão sobre os marcadores sociais da diferença de raça e gênero na composição do Sistema de Justiça paraense”**, em que as autoras, Sandra Suely Moreira Martins Lurine Guimarães e Livia Oliveira Rickmann, aplicam a perspectiva interseccional como forma de compreensão das problemáticas sociais e, buscando em conjunto com uma revisão teórica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com três mulheres negras atuantes no cenário jurídico, refletem sobre a atual composição de gênero e raça do Sistema de Justiça brasileiro no contexto paraense. O texto explora e analisa, por meio do baseamento histórico e do contexto de formação do processo sistêmico capitalista no Brasil, o que influenciou as desigualdades de gênero, raça e classe, e como isso ainda persiste e interfere nas vivências de mulheres negras com carreira no Sistema de Justiça paraense na contemporaneidade.

Na **Seção E**, a pesquisa **“Limites e Potencialidades da Pesquisa em Fontes Inquisitoriais para a História das Mulheres na Amazônia”**, de Juliane de Miranda Souza e de Rafael Ivan Chambouleyron, é resultado de um plano de trabalho intitulado *“Entre orações, práticas mágicas e sociabilidades multirraciais: as perseguidas negras na mesa do Santo Ofício da Inquisição no Grão-Pará (1763-1769)”*, com ênfase para o trabalho de conclusão do curso apresentado por Juliane Souza à Faculdade de História, da UFPA. A discussão favorece as possibilidades e potencialidades de reconstrução das experiências femininas, relações de poder e práticas culturais na Amazônia colonial através das fontes inquisitoriais da Visitação do Santo Ofício ao Grão-Pará, de 1763 a 1769; analisa os limites e as metodologias que devem ser levadas em consideração ao avaliar esse material, visto que tais documentos não retratavam a realidade de forma transparente, mas com uma visão permeada por preconceitos, repressão religiosa e mentalidade patriarcal do período do Brasil-Colônia.



Na **Seção F**, a entrevista de Celina Leila Chagas de Oliveira Coelho à Profa. Dra. Danielle Costa Carrara Couto/UFPA, relata o ser uma mulher amazônida trabalhando na área de tecnologia, e os projetos e trabalhos realizados na região pela entrevistada.

Boa leitura!

Belém/PA (Amazônia/Brasil), agosto de 2025.

Maria Luzia Miranda Álvares

Doutora em Ciência Política. Docente voluntária da Faculdade de Ciências Sociais/UFPA.

Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes” sobre Mulher e

Relações de Gênero-GEPEN

Ana Carolina Álvares Branco

Especialista em Produção Audiovisual/Estácio Belém.

Graduada em Design de Produto/IESAM.

